



## O Relatório e Contas da Electricidade de Portugal, E.P.

Afigura-se-nos indesmentível que a macroeconomia electrotécnica (respeitante à distribuição e produção de energia eléctrica) se expressa e se divulga em Portugal através do Relatório e Contas da «Electricidade de Portugal, E.P.». Observe-se ainda que tal publicação integra alguns valores de anos passados, essenciais a confrontos e avaliação da evolução interanual, de evidente atractivo para apreciação do desenvolvimento sectorial.

Quanto ao futuro, evidentemente, é maior o interesse do relatório: é indubitável que a descrição elucidativa, tecnicamente comentada, acerca das realizações programadas para prazo médio, exprime a concretização acertada entre a política energética nacional e o plano efectivo de desenvolvimento que se julga realista e necessário.

Quanto ao presente, todavia, o relatório (recém-chegado ao conhecimento público no segundo trimestre deste ano) não se apresenta similarmente fértil em elementos elucidativos, apenas pela singela razão de ter sido aprovado em 19 de Dezembro de 1983 e se referir ao exercício de 1982. Portanto, de então para cá, fica-nos o hiato de todo o ano de 1983 e alguns meses que decorreram no ano em curso. Admitimos, pois, por necessidade, que esses conceitos e valores, há poucos meses publicados, não transformaram significativamente a realidade presente (apesar de envelhecidos de ano e meio). Aceitemo-los para expressão válida da conjuntura actual, como fonte disponível para fundamentar o futuro (em prazo médio) da evolução energética nacional. Não nos parece grande pecado raciocinarmos em cima do que se passou em 1982: infelizmente, os factores influentes não se devem ter alterado substancialmente (na sua expressão qualitativa) nos últimos dois anos.

A preponderância que caracteriza o relatório, em relação a empresários e profissionais electrotécnicos, merece comparação lógica com outra publicação congénere, emanada anualmente do Banco de Portugal, pela influência que o respectivo «Relatório e Contas» exerce entre estudiosos e especialistas da problemática da economia geral e das finanças nacionais. Não

nos deve espantar muito que seja assim: O Banco de Portugal é o instituto emissor da moeda portuguesa; mas a E.D.P. é o **instituto emissor da energia eléctrica nacional**.

Pensando assim, a nossa revista não pode deixar de lhe fazer, neste local, destacada referência. Fá-lo com apazimento. Para além do mais, pensamos que o relatório é o repositório exacto e suficientemente completo do que se passa no País na problemática macroeconómica da electricidade. A publicação apresenta-se até como necessidade didáctica e operante nas escolas superiores e técnicas do ramo energético, onde se estuda e aprofunda o desenvolvimento nacional. É de desejar que muitos dos sete mil exemplares da publicação sejam anualmente distribuídos pelas Universidades, consultores e técnicos interessados, porquanto (tal como sucede com o relatório do Banco de Portugal, nas áreas económicas e financeiras) a actividade da EDP e a sua situação interna (presente e futura) são o macrocosmo realista da energia eléctrica nacional.

Da leitura do relatório de 1982, ficam-nos dois sentimentos predominantes. Começamos por enunciar aquele que tem o sabor de angústia desesperante, em qualquer sociedade humana organizada. Na credibilidade imperiosa e viva da sobrevivência socio-económica nacional (não se fala sequer em desenvolvimento) o quadro das dívidas à EDP (vide a Secção «Actualidade») dá-nos os valores que esclarecem muito e ameaçam tudo.

O outro sentimento significa aplauso e esperança e refere-se ao planeamento que foi delineado, estudado, projectado e fundamentado pela EDP. Aplaudimos a amplitude do trabalho realizado e louvamos a competência e a capacidade operacionais da empresa.

A **cinemática** de discussões e dúvidas, porque é apenas **movimento**, é força viva muito próxima do zero; temos esperança de que aquele planeamento perspetive (de imediato) uma dinâmica, construtiva e inadiável, de desenvolvimento.

F. do A.